



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ANDRÉ FERNANDES)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para recrudescer as medidas socioeducativas previstas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para recrudescer as medidas socioeducativas previstas.

Art. 2º O art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.121.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá:

I – a três anos, pelo cometimento de ato infracional não grave;

II – a seis anos, pelo cometimento de ato infracional grave.

§ 5º A liberação será compulsória:

I - aos vinte e um anos de idade, para os internados pelo cometimento de infrações não graves;

II – aos vinte e três anos de idade, para os internados pelo cometimento de infrações graves.

§ 8º Nos casos dos §§ 3º e 4º deste artigo, não poderá o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.





§ 9º Consideram como atos infracionais graves a lesão corporal dolosa de natureza grave (art. 129, § 1º do CP), a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º do CP), a lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º do CP), bem como as condutas dolosas com resultado mortes e as condutas dolosas que atentam contra a dignidade sexual da vítima. ”
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por objetivo recrudescer as medidas socioeducativas previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para os casos de cometimento de atos infracionais considerados graves por adolescentes em conflito com a lei. Identifica-se que, no que toca aos atos infracionais graves, as medidas previstas atualmente não são capazes de dar uma resposta adequada à gravidade da conduta praticada.

Neste cenário, propomos aumentar o período de internação para os atos infracionais mais graves, isto é, aqueles praticados dolosamente de natureza grave e gravíssima, inclusive com resultado morte ou que atentem a dignidade sexual da vítima. Com isso, busca-se um maior equilíbrio entre a proteção da sociedade e a necessidade de desestimular esses adolescentes a praticarem atos infracionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como o Direito Penal, não introduz novos bens jurídicos ao sistema jurídico brasileiro, mas estabelece normas para a proteção de bens jurídicos já tutelados por outras áreas do direito, com foco especial na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Devido à sua natureza específica, o ECA não consegue atender a todas as necessidades e vulnerabilidades sociais que a população brasileira enfrenta atualmente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

Apresentação: 01/11/2023 16:27:19.477 - Mesa

PL n.5322/2023

Além disso, a responsabilidade de avaliar a conduta que violou o bem jurídico protegido, no caso, os direitos das crianças e adolescentes, recai sobre o Estado. Da mesma forma, cabe ao poder legislativo analisar questões delicadas para a sociedade infantojuvenil que não são abrangidas pelo prisma legislativo do ECA.

Adicionalmente, a criminalização primária, que faz parte da dogmática penal, é a responsabilidade do Estado em avaliar o comportamento que infringe o bem jurídico protegido. Da mesma forma, é dever do poder legislativo examinar questões sensíveis para a sociedade que não são contempladas pela perspectiva legislativa.

Ao robustecer a discussão, é crucial enfatizar que este parlamentar é totalmente favorável ao mérito da Lei e entende que as seguintes alterações devem ser incluídas no ECA.

Ante o exposto, considerando a necessidade de uma resposta mais enérgica do sistema de justiça juvenil nos casos de atos infracionais considerados graves, bem como a importância de desenvolver mecanismos para proteger a população, acredita-se que o presente projeto de lei é uma medida necessária e adequada, razão pela qual, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação dessa medida.

Sala das Sessões, em de de 2023.

ANDRÉ FERNANDES
Deputado Federal – PL/CE



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 578 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5578/3578 | dep.andrefernandes@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231571043500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fernandes



CD231571043500
exEdit